

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

ATA Nº 056

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Em nome de Deus e do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública que tem por finalidade a prestação de contas, por parte do Executivo Estadual, do 2º Quadrimestre de 2018. Serão apresentadas pelo Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Rogério Gallo, e por sua equipe técnica, as metas fiscais.

Agradeço a presença de todos!

Comunico que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia*, canal 30,1.

Agradeço a presença sempre pontual do Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Rogério Gallo, e da sua equipe técnica que se faz presente.

Em nome da Drª Luciana Rosa, cumprimento todos os assessores e técnicos da Secretaria de Estado de Fazenda.

Já passo a palavra ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Fazenda Rogério Gallo para sua explanação.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Deputado Wilson Santos, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; os Secretários Adjuntos Último Almeida, Luciana Rosa; Superintendente de Contabilidade, Srª Anésia, e sua equipe; e todos que aqui estão presentes neste importante ato de prestação de contas do 2º quadrimestre da gestão fiscal do Estado de Mato Grosso.

É importante registrar desde o início que aqui não são números, apenas, do Poder Executivo. São números do Estado. Abrangem, portanto, a execução orçamentária e financeira de todos os Poderes que compõem o Estado e os órgãos autônomos.

Receita do 2º Quadrimestre é sempre o acumulado de janeiro a agosto. Temos uma receita orçamentária bruta. Sempre trazemos um comparativo. Na primeira linha, receita orçamentária bruta, sempre trazemos o realizado em 2017 para termos um parâmetro da eficiência na perspectiva da arrecadação como, também, na questão do controle dos gastos públicos.

Tivemos uma receita orçamentária bruta prevista de 14.469 e tivemos uma Receita Orçamentária Bruta realizada de 3.881. Do previsto para o realizado nesse exercício, nesse período de janeiro a agosto, nós tivemos uma queda de 4,1 que vou explicar mais adiante. Não é da receita própria. A receita própria tem performado bem. É mais na questão da receita intraorçamentária. Aliás, nas operações de crédito.

Essas são as deduções que foram feitas, as transferências para os municípios, FUNDEB e restituições, mas é muito significativo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

A receita prevista para municípios era de 2 bilhões e 35 milhões e nós conseguimos superar essa meta repassando aos municípios 90 milhões a mais, dando 2 bilhões 128, ou seja, um incremento de quase 5% do que estava previsto na LOA.

E aí, também, Deputado Wilson Santos, demonstrando a eficiência da equipe da Receita Pública, o realizado, no ano passado, no mesmo período foi de cerca de 1 bilhão e 700. Este ano, com esforço, conseguimos colocar nos cofres dos municípios 430 milhões de reais a mais nesses 8 primeiros meses de 2018, tendo por parâmetro o ano de 2017.

Nós temos um resultado na Recita Orçamentária Líquida Nominal, entre 2017 e 2018, um crescimento de 6,6 e entre o previsto na LOA e o realizado uma queda de 6%. Vamos explicar mais adiante qual foi o grupo da receita que teve essa frustração.

Vamos adiante!

A Receita Orçamentária Líquida que são dentro da própria esfera dos Poderes que são, sobretudo, as contribuições previdenciárias que recebem as receitas. Tem a despesa previdenciária e, depois, a receita previdenciária. Quer dizer, é só um trânsito de dinheiro dentro do próprio Tesouro. Portanto, não implica em dinheiro novo, não é uma arrecadação que se traduza em dinheiro novo. É uma dedução que se faz dos próprios servidores públicos.

Dos valores deduzidos da receita que foram repassados aos municípios: então, na prestação de contas, como eu falei, em 2017, no mesmo período, foi 1 bilhão, 698 e nós repassamos nos 8 primeiros meses aos municípios mato-grossenses 2 bilhões, 128 milhões de reais, cerca de 450 milhões de reais a mais, Deputado Wilson Santos.

No ICMS nós tivemos uma boa *performance*. Tivemos entre 2017 e 2018 um crescimento real de 10,5%; no IPVA, também, houve a estratégia de fazer uma cobrança mais efetiva, fazendo protestos, isso tem se traduzido, também, em uma receita importante para os municípios, sabendo que 25% do ICMS ficam nos municípios e 50% do IPVA ficam nos municípios. Então, nesses dois grupos de receitas vem-se fazendo uma gestão bem austera na perspectiva da receita, da cobrança, no combate a sonegação. Isso se tem traduzido em bons números, em resultados à população.

As transferências federais ficaram na média. Elas chegaram a 24,3%, totalizando, portanto, 2 bilhões, 130 milhões nesses 8 primeiros meses.

Aí nós temos todos os grupos da Receita Orçamentária, conforme eu mencionei.

Temos aqui, basicamente, talvez, a principal delas...

Para terem uma ideia de como nós tínhamos performado bem no ICMS, no IPVA, sobretudo, em 2017 arrecadamos 6 bilhões 989 milhões, quase 7 bilhões nesse período, e, agora, em 2018, realizamos no mesmo período 8 bilhões e 42 milhões. Quer dizer, quase 1 bilhão de reais a mais. É isso que tem nos sustentado até aqui. Apesar de todas as dificuldades, com a crise financeira que o País enfrentou, sobretudo, em 2015, 2016 e 2017, começamos a sair dela agora; apesar da paralisação dos caminhoneiros no mês de junho, ainda, tivemos no acumulado de janeiro a agosto uma *performance* muito boa que nos permitiu chegar até aqui com dificuldade, mas não com tanta dificuldade quanto teríamos, se não tivéssemos esse trabalho na receita.

Então, quero destacar, Deputado, exatamente esses números aí, quase 1 bilhão de reais a mais na Receita Tributária em Mato Grosso.

Nas transferências correntes, também, que recebemos da União houve um ligeiro acréscimo: de 2 bi e 600 para 2 bi e 900. Quer dizer, houve uma recuperação no Fundo de Participação dos Estados, que embora em setembro verificuemos uma queda, mas no acumulado de janeiro a agosto o Fundo de Participação dos Estados, que é formado por IPI e Imposto de Renda,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

também, houve uma ligeira melhora em relação ao ano passado. E isso se traduziu em uma boa arrecadação para o Estado.

Tivemos aí uma grande frustração que acabou comprometendo... Como eu disse, entre o previsto e o realizado na Receita Orçamentária, tivemos um decréscimo de 6% e onde, basicamente, isso ocorreu foram aqui nas transferências de capital que é onde estão os convênios, sobretudo, para investimentos. Então, nós tivemos, de fato, uma pequena atividade, uma quase nula atividade. Se falarmos que em oito meses tivemos Transferências de Capital, quer dizer, convênios para investimentos no Estado de Mato Grosso, de 9 milhões de reais, isto, de fato, é muito irrisório.

As deduções, conforme já mencionei, totalizaram 3 bilhões e 500 milhões. Nós tivemos uma receita orçamentária líquida, do que foi realizado menos os deduzidos, de 10 bilhões e 380 milhões.

Podemos avançar com esses destaques que eu fiz.

Então, a frustração, de fato, foi nas Transferências de Capital.

Aqui na linha do ICMS, como eu falei, houve um trabalho neste ano e em todos os demais anos, mas neste ano, sobretudo, em que tivemos um incremento de quase um bilhão de reais no ICMS do ano de 2017 para 2018, superando, inclusive, o que estava previsto na LOA em cerca de 300 milhões de reais. Nós tivemos, então, um aumento de 4,6 do que estava previsto, e em relação a 2018, do ponto de vista nominal, sem corrigir o valor de 2017, de quase 20%, Deputado Wilson Santos.

No IPVA, também, tivemos um incremento de 100 milhões de reais em relação ao ano passado. De novo, a estratégia de se cobrar o IPVA, fazendo o protesto daquele que se torna o inadimplente, tem se traduzido em uma decisão acertada.

Nisso aqui, se considerarmos um acréscimo de 100 milhões de reais, 50 milhões de reais ficaram nos municípios, o que também é muito significativo para muitos municípios mato-grossenses, sobretudo, àqueles bastante pequenos em que um acréscimo de receita faz muita diferença em política pública.

Aqui é uma questão de Imposto de Renda Retida na Fonte, uma questão de contabilização, deu uma ligeira frustração, e nas taxas, também, tivemos a manutenção da *performance* que tivemos em 2017.

Totalizando, então, na Receita Tributária é importante destacar: essa é uma Receita que deve ser estimulada e ampliada no seu limite, porque é ela quem dá a certeza da manutenção e da sustentação das políticas públicas no Estado. Quer dizer, nós temos que nos basear para fazermos as nossas projeções, estimativas, despesas, fixação e despesas, certamente, temos que nos lastrear nessa Receita Tributária, que é aquela receita que temos administração própria. E vejam que nela temos “performado” bem, porque se fôssemos depender exclusivamente da União, como em alguns Estados dependem maciçamente das transferências federais, do FPE, estaríamos numa situação ainda mais grave da que estamos na perspectiva fiscal.

Por favor!

Volta um pouquinho para eu falar do ITCD.

Deputado Wilson Santos, veja como é importante, às vezes, o reflexo que se dá a uma legislação. No ITCD nós tivemos a desoneração de uma lei, de 2016, que ampliamos a faixa de isenção para o ITCD. Nós diminuimos a nossa arrecadação em quase 50% do que estava previsto para os oito primeiros meses. Eram previstos 85 milhões, arrecadamos 44 e já temos uma perspectiva menor do que tivemos em 2017. No período acumulado foi 60 milhões.

Isso se deve não...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Isso! Houve um escalonamento maior em que as alíquotas maiores ficaram mais distantes dos valores do patrimônio que vai ser doado ou transferido, causa *mortis* menor.

Enfim, fez-se justiça fiscal, claro, não se questiona isso. Mas isso também impactou aqui nos resultados. Não é uma baixa eficiência na arrecadação no trabalho da fiscalização.

Ali, esse indicador refere-se, exclusivamente, a uma alteração legislativa que impactou na arrecadação do ITCD.

Para conhecimento, isso vai ficar disponível no *site* da Assembleia Legislativa e também no *site* da Secretaria de Estado de Fazenda.

Aqui estão as receitas; os impostos estaduais; a receita própria toda aberta, o ICMS, o IPVA e o ITCD. Quem tiver uma curiosidade e quiser depois estudar esses números, eles estarão todos abertos e disponíveis à sociedade.

Por favor!

As Transferências Correntes, como eu disse, nós tivemos um ligeiro aumento em relação ao ano passado no FPE e também em relação ao que estava previsto nesse exercício, entre o que estava previsto e o realizado de 4%; o FUNDEB, também, um incremento de 4%.

É importante dizer que o FUNDEB já não consegue fazer a manutenção mais das despesas com a folha de pagamento da educação. O Tesouro Estadual tem que aportar entre 30 a 40 milhões, mensalmente, para que a educação tenha condição de remunerar os profissionais da educação.

Então, esse 1 bilhão e 32 milhões é menor do que foi a folha de pagamento da educação no mesmo período, de janeiro a agosto, embora, veja, tenhamos um aumento de 160 milhões em relação ao ano passado.

No SUS, eu disse até na primeira Audiência Pública do 3º Quadrimestre de 2017, quer dizer, no fechamento do ano, no ano passado tivemos uma grande frustração nos repasses do SUS. Neste ano, também, tivemos uma recuperação nos repasses ao SUS.

A Lei Kandir é a vergonha de Mato Grosso. O Estado que mais exporta, que mais contribui para a balança comercial brasileira, 25% da balança comercial brasileira são produtos primários. E é a contribuição de Mato Grosso para essa balança comercial que se traduz em resultados fiscais e cambiais para a União e não há a recompensa que a União prometeu ao Estado desde 2004. Não é só uma promessa política, é uma promessa constitucional.

Está previsto no Art. 91, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, desde 2004, que a União deveria fazer a entrega ao Estado de uma remuneração pelo fato dessas perdas com a Lei Kandir.

Vejam, nós perdemos algo em torno de 5 bilhões de reais, esse é um tema que está na mídia aí.

Temos um projeto de regulamentação da Lei Kandir, Deputado, em que nosso objetivo não é sermos ressarcidos pela União em 5 bilhões de reais. É óbvio que lá atrás, quando Mato Grosso começou o seu processo de expansão das exportações no agronegócio, nós tivemos também benefícios com isso.

Como eu sempre digo, das 10 cidades com o melhor IDH em Mato Grosso, sete delas são aquelas em que o agronegócio está fortemente sediado. Então, é importante, foi importante para o desenvolvimento do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Nós defendemos que esses valores, que vão totalizar no ano 60 milhões de reais, sejam ao menos 900 milhões de reais, o que daria algo em torno de 20% das perdas que Mato Grosso tem.

É uma proposta muito razoável que está colocada no Congresso Nacional e precisamos do engajamento da classe política de Mato Grosso para que esse projeto seja efetivamente votado e aprovado e tenhamos condições de planejar e não ficar a vergonha dessa receita que não podemos contar, porque não nos serve para absolutamente nada, e também ficarmos de pires na mão a exigir, no final do ano, o FEX que para este ano e para também os resultados fiscais é muito preocupante. Não temos a certeza de que este ano o FEX será repassado pela União, em virtude do fato de que não há previsão orçamentária.

O FEX é de 1 bilhão 950 milhões para ser distribuído entre todos os entes federados e também os municípios, Estados e municípios. Desses 1 bilhão e 900 milhões, Mato Grosso fica com quase 500; o Estado com 400 e os municípios com 100. E não há previsão orçamentária. A previsão orçamentária de 1 bilhão e 900 é apenas 10 milhões de reais.

Então, estamos fazendo um trabalho também para que tenhamos condições de nessa chegada aí, até o final do ano, haver, primeiro, a suplementação dessa rubrica orçamentária, do FEX, e, conseqüentemente, o pagamento do FEX, o repasse do FEX para Mato Grosso, que é muito importante para o fechamento das contas públicas.

Tivemos também aqui - aqui talvez o ano passado tenha sido muito impactado pela crise - 19 milhões de reais apenas de convênio, e este ano nós voltamos, o Governo Pedro Taques também na articulação conseguiu melhorar a performance dos convênios, ainda muito baixo, porém, voltou a uma atividade pelo menos perto do que estava previsto. O previsto eram 50 milhões de reais de transferências de convênios para Mato Grosso e nós tivemos em torno de 48 milhões. Ficamos perto da meta estabelecida na própria LOA. Significa que apresentamos os nossos projetos e os nossos projetos foram contemplados no Governo Federal.

Aqui são as transferências do SUS. Entre o previsto e o realizado: previsto 176 milhões e tivemos 246.

Aqui também foi impactado por conta daquelas Emendas Parlamentares Federais, que foram feitas e transferidas para Mato Grosso, para o SUS propriamente, que também foram utilizadas aqui por nós - 246 milhões.

Receitas de contribuições. Aqui a primeira linha do MT PREV.

Contribuições econômicas. Aqui um destaque para o FETHAB. Nós tivemos já o FETHAB no ano passado uma realização de 1 bilhão e 20. Este ano ligeiramente superior, em torno de 150 milhões de reais acima, também em função da intensa atividade econômica do agronegócio que incide sobre essas movimentações, incide o FETHAB.

O FETHAB Adicional que está muito em discussão. Só para se ter uma ideia, até agosto nós arrecadamos do FETHAB II, que há a perspectiva da sua renovação - foi isso que pelo menos o Governador eleito pediu ao Governador Pedro Taques, que avaliasse a renovação do FETHAB II. Nós estamos falando dessa receita aqui do FETHAB Adicional, que nos oito primeiros meses arrecadamos quase 400 milhões de reais. Então, é uma receita muito importante para o Estado e da perspectiva fiscal não temos como abrir mão dela. É absolutamente, eu diria, estrutural, vital, para que o Estado mantenha o FETHAB Adicional, o FETHAB II, para os próximos exercícios também. Mas isso é uma pauta política que está conduzida entre o Governador eleito e o Governador Pedro Taques.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Na penúltima linha é do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF, Deputado, tivemos apenas um mês de arrecadação, que foi o mês de agosto, que foi de 15 milhões de reais. Isso foi no mês de julho.

Não. É referente ao mês de julho, Deputado Wilson Santos, arrecadado no dia 05 de agosto.

Então, não captamos o mês de agosto que foi recolhido no dia 05 de setembro. Então, aqui só tem um mês de receita, de efetiva arrecadação.

Quer dizer, era uma receita que não existia, que incide sobre incentivos fiscais. Isso não é imposto novo. Na verdade, é uma redução da renúncia fiscal.

Que fique claro: o que fizemos, com muita coragem, foi estabelecer um Fundo de equilíbrio fiscal que incide sobre incentivo fiscal -, reduzir de quem tem incentivos fiscais o tamanho daquilo que o Estado renuncia em favor dele.

Então, o Fundo de Estabilização Fiscal conseguimos prestar contas do 1º mês de arrecadação, no valor preciso de quinze milhões de reais.

Aqui são as demais receitas correntes. Entre elas um destaque para o INDEA e o DETRAN na linha de receita de serviço, que foram arrecadados 427 milhões de reais.

Também dívida ativa. Apesar de que a dívida ativa foi transportada para as respectivas espécies tributárias. Ali está zerado, mas como foi arrecadada também nessa classificação de demais receitas correntes, em 2017 ela figurou nesses quadros.

Demais receitas correntes, em torno de 489 milhões de reais realizados. Aqui estão o Fundo de Apoio ao Judiciário de Mato Grosso-Funajuris: as multas ambientais, enfim, as concessões de energia elétrica, comunicação, os depósitos judiciais. Aqui também está o Funajuris, arrecadado em torno de 489 milhões de reais.

Não foi esse o valor arrecadado e temos a informação mais adiante, só para dizer o que são essas outras receitas correntes.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW.)

Agora eu vou falar do comportamento da despesa.

Despesas orçamentárias correntes. Tivemos do ano passado para este ano um incremento 800 milhões de reais, quer dizer, nominal, um crescimento da despesa em 8,5%. Esses 8,5% que a despesa cresceu foram basicamente nesses oito primeiros meses. Aí vocês irão observar que Pessoal e Encargos Sociais cresceu basicamente em pessoal.

Só para se ter uma ideia, ela variou de 2017 para 2018 em 800 milhões de reais, 13,5% de crescimento real de 2017 para 2018.

Aí são os impactos da concessão na primeira parcela da RGA, que salvo engano foi em maio, e também das leis de carreiras, dos aumentos reais, enfim, que impactaram em 800 milhões de reais em acréscimo, se comparado ao ano passado.

Algo que já vimos alertando desde o início do ano nesse bloco das despesas, temos um crescimento das despesas com pessoal e, eu diria até um esmagamento das despesas com custeio da máquina pública.

Quer dizer - eu falo como servidor efeito -, nós servidores efetivos estamos tendo uma ótima remuneração, mas com condições de trabalhos que estão se precarizando em função de não se ter condição em função da rigidez das despesas com pessoal. Você acaba tendo que compensar naquelas despesas que, aspas, “há uma certa discricionariedade”, muito embora saibamos que condições de trabalho para o servidor público e condições da prestação de serviço digno para o cidadão também deverão ser colocados como obrigatório. Porém, não há espaço fiscal para que esses

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

investimentos, para que esse custeio aumente. Temos uma limitação e a nossa limitação é o que nós arrecadamos.

Então, veja aí, Deputado, temos entre o ano passado o que havia sido liquidado até agosto que era de 1 bilhão e 945 milhões, já temos aqui 1 bilhão e 778 milhões. Já temos uma redução de 8% na perspectiva nominal em relação ao ano passado.

Enquanto você tem um movimento de aumento da despesa com pessoal, você tem também uma consequente redução das despesas de custeios.

Isso é importante dizer. Nós temos trabalhado a receita, como eu mencionei, de ICMS, que subiu quase um bilhão de reais; a receita de PVA também cresceu, quer dizer, a receita própria cresce, mas mais adiante iremos observar que não cresce na mesma trajetória em que crescem essas despesas obrigatórias.

Então, não é por falta de ênfase naquilo que podemos fazer na perspectiva da receita. O que temos para fazer e estamos fazendo, e ficou demonstrado, um bilhão de reais a mais em receita, mas ainda assim se traduzindo numa enorme dificuldade da perspectiva da sustentação fiscal.

Aí são as Despesas de Capital que, basicamente, são os investimentos. Também, tivemos... Aqui o Estado com o orçamento todo está comprometido nesse bloco de obrigatórias...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Oi?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Um bilhão a mais de Receita e na folha um crescimento de 900 milhões.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Isso!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – 7.400 menos...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Mas quando eu falo 1 bilhão a mais lá, ainda, estou sem as deduções. Aí eu tenho que transferir para o município, ainda, e tal. O que sobra para o Tesouro é menor - vamos mostrar daqui a pouco - do que foi o aumento da folha.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E a folha quem paga sozinho é o Estado. Não divide esse pagamento com o município.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não! Sim, feitas...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O senhor teve um crescimento de 6.500 para 7.400. Então, o senhor teve um crescimento de 900 milhões na folha e encargos.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Aqui é importante dizer: é Estado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É Estado!

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Aí está o Estado. Vamos ter mais adiante o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, o senhor teve um crescimento, por esses dados, de 900 milhões na folha de pagamento com encargos sociais e o senhor teve um crescimento na receita, no bolo final, antes de deduzir...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Os repasses aos municípios.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) –...os repasses aos municípios, saúde, enfim, de 1 bi. É isso aí?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Esse é o dado! É, exatamente, isso! Como um bom professor de matemática não é? (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu já lecionei matemática.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Eu sei disso!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

O que Vossa Excelência não lecionou, não é Deputado Wilson Santos? (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tem muita coisa, ainda.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Tem muita coisa, ainda.

Nas despesas de capital, nós tivemos uma grande redução, também, nos investimentos em função da incapacidade de o orçamento sustentar os investimentos. Hoje, temos projetado na LOA investimentos de 1,5% o que acaba se frustrando em função da necessidade de se remanejar para fazer frente aos blocos de despesas consideradas obrigatórias e, também, com a frustração das operações de crédito. Tínhamos previsto 1 bilhão de reais de operação de crédito para investimentos e tivemos uma performance de 200 milhões de reais. Quer dizer, houve, de fato, uma baixa efetividade nos investimentos em função desse cenário que eu mencionei.

O Estado, hoje, não tem capacidade de investir com os seus recursos próprios. Ele depende, fortemente, de transferências, sobretudo, de convênios ou de operações de crédito. E nesse aspecto a União está com o cofre fechado para convênios e as instituições financeiras federais, também, estão com os cofres fechados para operações de créditos, diga-se, que façam sentido ao Estado. O que se tem são linhas de créditos de 18% ao ano com juros considerados extorsivos isso por instituições de créditos, instituições financeiras federais, o que eu reputo que o Estado não pode aderir, porque isso beira a usura. Um Banco Público emprestar para um órgão público, para o Poder Público a juros de 18% ao ano isso não é razoável tanto que não foi feita a opção por tomar essas operações de crédito e endividar o Estado ainda mais, o que pioraria a nossa condição fiscal no médio e longo prazo.

Por favor, pode passar.

Aí, Deputado, como nós mencionamos, foi feito um corte de 2015 a 2018. Tivemos aqui... E pegamos - é importante dizer - a variação da Receita Tributária. O que cresceu a nossa Receita Tributária que é aquela que nós temos pleno domínio e nós administramos? Nós tivemos um incremento da Receita de 42%, que está ali na linha azul, nas colunas azuis, de 42%, e nós tivemos uma variação das despesas com pessoal de 53%. Quer dizer, o crescimento só desse bloco de despesa, que é só da despesa com pessoal, já consumiu todo o esforço do crescimento da Receita. E aí não sobra para investimento e não sobra para custeio.

Então, esse é um quadro muito significativo da nossa realidade dos números que estão figurados aí no balanço geral do Estado e, também, nos RREO-Relatórios de Execução Orçamentária que são apresentados bimestralmente.

Pode avançar.

Aí estão o pessoal e encargos, Deputado Wilson Santos, por Poder.

Aí colocamos o Executivo no período de 2015 a 2018. Saímos de 4 bilhões e 100 milhões em 2015 e chegamos a 7 bilhões, 254 milhões. Tivemos um incremento aqui nominal de 2015 a 2018 de 76%. Se você retirar a inflação do período que foi 20%, de 2015 a 2018, tivemos um crescimento real, real, da folha de pessoal em Mato Grosso de 45%. De 45%! Se nós tínhamos um crescimento da Receita Tributária de 42% - era isso no *slide* anterior? -... Se nós tirarmos 20% para termos ali o crescimento real da Receita, tivemos um crescimento da Receita de 22% fazendo a mesma conta que foi feita aqui. Então, assim, tivemos um crescimento real da Receita de 25% e um crescimento real no Executivo da despesa com pessoal, de 45%. Quer dizer, 25% a mais do que nós crescemos na Receita Tributária própria, que é aquela receita que eu sempre digo: é com ela que nós sustentávamos...

Eu achei muito interessante essa conta que tem na Secretaria de Fazenda...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Anésia, refresque-me a memória: até 2011 ou 2010 que a receita de ICMS, de IPVA e de ITCD? Até 2009? Até 2009 essa receita era suficiente para pagar a folha. Agora, observamos que ela já se tornou insuficiente para pagar a folha e nós dependemos das transferências federais. Como não temos a compensação da Lei Kandir e o FPE nós ficamos a sabor do vento com pouca transparência por parte da União nessas transferências. Isso nos faz, praticamente, eliminar a nossa capacidade de investimento e esmagar o custeio.

Hoje, nós temos, em 2018, o mesmo custeio que tínhamos em 2014. É obvio que houve ali corte de muitos excessos que havia, em 2014, e todas as delações estão a comprovar que havia excessos, mas, também, poderíamos ter crescido mais. Se você pegar a curva... Eram 2 bilhões e 700, salvo engano, em 2014, de custeio, se você aplicasse 20%, chegaríamos a 3 bilhões e 200, e 20% que eu falo é da inflação, sem aumentar, vamos colocar somente o que variou a inflação nesse período de 4 anos, e se neste ano tivéssemos comparado com o que é o custeio deste ano, nós temos abaixo 1 bilhão de reais. Quer dizer, corrigir 2014 para 2018 o custeio e pegar o custeio de hoje, nós estamos abaixo em 1 bilhão de reais.

Nós sabemos que foi muita economia, muito controle de gasto público, muito combate à corrupção no atual Governo, no Governo Pedro Taques, mas, também, houve uma incapacidade de avançar no custeio, de fazer o bom gasto, porque não tem dinheiro.

Então, isso aí é muito significativo, Deputado! Eu mencionava aqui: tivemos um incremento de 3 bilhões de reais só na folha do Executivo; no Judiciário, um aumento de 18%; Ministério Público, um aumento de 5% em termos reais; a Assembleia Legislativa...

Aí eu vou fazer só uma anotação aqui, uma nota de rodapé: da Assembleia Legislativa esses dados que são parâmetro para se chegar a esse valor, talvez, haja um problema de alimentação dos relatórios do FIPLAN por parte da Assembleia Legislativa. Como nós trabalhamos com dado oficial do FIPLAN, eu faço, por dever de justiça, esta anotação. Nós trabalhamos com dados do FIPLAN. O que está no FIPLAN que a Assembleia Legislativa gastou em 2016 são 39 milhões de reais. Hoje, de janeiro a agosto, já se gastou com pessoal 122 milhões de reais, então daria essa variação de 300%, porém é preciso que a contabilidade interna verifique para checar se esse número de 39 bilhões... De 24 milhões em 2015 é correto para que tenhamos essa trajetória, todo esse aumento, que seria um aumento bastante grande, seria um aumento de 100 milhões de reais nesse comparado aí de janeiro a agosto de 2015 com 2018. Mas, feito esse registro.

(O SR. NASSER QUESTIONA O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – É importante que tenhamos Nasser por dever... Perfeito, é por isso que fiz a anotação Nasser.

Não poderia deixar só Assembleia Legislativa de fora, que passaria a impressão que está faltando transparência do meu lado, falando em nome do Tesouro do Estado e não passar informações da Assembleia Legislativa, mas transmiti a informação e fiz a ressalva, cabe agora efetivamente fazer o devido ajuste, que nós não temos acesso a esses números pela independência da Assembleia Legislativa, o Tesouro Estadual não pode acessar esses números, mas cabe só fazer o valor certo aqui para que tenhamos a variação correta.

Mas o que impacta é que nós saltamos, Deputado, de 04 bilhões e 800 para 08 bilhões e 300. Tivemos um incremento, entre todos os Poderes, só no que tange a folha de pagamento, em termos nominais, de 72%; em termos reais, quer dizer, retirada a inflação, de 43%.

Quer dizer, temos que ter uma perna muito grande na receita para conseguir acompanhar essa trajetória do incremento dos gastos com pessoal; sabemos, portanto, que precisamos repensar, conversar, dialogar, todos nós, servidores, representante do Estado, Poder

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Legislativo e membros dos Poderes, os chefe dos Poderes, para que cheguemos no caminho da sustentação fiscal, esse é um caminho que pode nos levar numa trajetória muito ruim, Deputado, muito ruim, de nos comparar no futuro... E eu não quero fazer parte e certamente acho que nenhum de nós aqui queremos fazer parte de uma situação fiscal próxima a que alguns Estados da Federação passam hoje.

Eu estive com o Secretário do Rio Grande do Sul, lá eles estão devendo duas folhas de pagamento; Minas Gerais também, duas folhas de pagamento. E pagam a folha escalonada, quer dizer, eles começam a pagar uma folha no quinto dia útil do mês subsequente até 1.500 reais, no Rio Grande do Sul, e vão escalonando de 1.500 a 3.000, de 3.000 a 4.500 e terminam de pagar 45 dias depois a folha de pagamento, por exemplo, do mês de setembro, eles vão terminar de pagar lá no final do mês de outubro. Essa é a realidade do Rio Grande do Sul.

Nós temos que ter muita cautela, muita responsabilidade, e colocar o dedo na ferida. Nós precisamos ter um Estado sustentável para todos nós, para o cidadão, para os servidores. Não interessa a ninguém que nós tenhamos um Estado que entre em colapso. É por isso que é importante que tenhamos responsabilidade agora na condução dessas políticas fiscais, fazendo as devidas discussões, tanto na perspectiva do gasto público, Deputado, não tenho dúvida, mas também na perspectiva... Eu sei que Vossa Excelência é um entusiasta de alguns temas relacionados à renúncia fiscal, nós temos uma grande oportunidade na questão da renúncia fiscal.

Eu tenho dito e falado que a reinstituição dos incentivos fiscais... A Receita Estadual tem estudos todos prontos, todos elaborados. Nós temos agora todos os incentivos fiscais que foram dados em Mato Grosso... Em regra, foram dados sem o amparo de convênio – eu falo muito do ICMS –, que é o que a Constituição estabelece a necessidade. Então, foram convalidados agora... Foi convalidado o passado. E a Lei Complementar Federal nº 160 estabelece a possibilidade de, convalidado o passado, ser reinstituído. E reinstituído por lei.

Então, agora cabe o debate de se verificar quais são os incentivos fiscais que fazem sentido ao desenvolvimento do Estado e quais são os incentivos fiscais que de fato merecem análise. Aqui eu não estou “fulanizando” nenhum grupo econômico e nenhum segmento econômico. Eu estou dizendo que tem que haver uma discussão em Mato Grosso em relação à redistribuição de carga tributária.

Hoje, nós temos uma carga tributária muito pesada no cidadão, sobretudo nos blocos de energia, comunicação e combustíveis. Isso aí reflete quase 60% do ICMS, a nossa arrecadação de ICMS... Nós precisamos de fato discutir isso e fazer uma redistribuição dessa carga com muita maturidade para que não tornemos as nossas galinhas de ovos de ouro também em setor não competitivo no plano nacional e no plano internacional.

Mas é uma discussão, sim, que deve ser feita com muito equilíbrio para que tenhamos um pacote de incentivos fiscais que faça sentido ao desenvolvimento de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário, 72% de crescimento em 03 anos, não é isso? De 2015 a 2018, isso dá mais de 20% ao ano...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Quase 20%.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...mantendo esse ritmo de crescimento, no ano que vem, já terá dobrado, não é? Chega aos 100% em 04 anos.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Em 04 anos, a folha salta de 04 bilhões e 800, vai passar de 09 bilhões e 600. Em 04 anos...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Eu estou falando em 08 meses, de janeiro a agosto.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...de 08 meses...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – De 08 meses.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com isso, é provável que até o final do ano, com mais um quadrimestre, nós tenhamos dobrado os gastos com folha de pagamento.

O senhor conhece alguma empresa no Brasil que conseguiu fazer isso e que não quebrou?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Nós tivemos nesse período...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...que não faliu? E que não foi à recuperação judicial? Em 04 anos, dobrar o gasto com folha... O senhor conhece?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não conheço. Não conheço e nós temos no País... No período de crise, nós tivemos em Mato Grosso algumas receitas extraordinárias que nos permitiram chegar até aqui, e aí tem que destacar a competência do Governador em ter criado o CIRA - Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que produziu para Mato Grosso quase 01 bilhão; até agora, atualizado, 01 bilhão e 200 milhões de reais.

Quer dizer, sem esse 01 bilhão e 200 milhões de reais, onde estaríamos? Estaríamos aqui pagando a folha todo dia 10? Certamente não. Nós estaríamos, certamente, escalonando a folha e não cumprindo a Constituição Estadual, que estabelece o pagamento da folha até o dia 10 do mês subsequente.

É preciso que façamos com muita responsabilidade e sem paixão esse debate. Esse é um debate necessário para a sustentação fiscal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E o investimento? O investimento previsto é de 1,5%. Vai conseguir cumprir?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não. Não se cumpre. Não se cumpre! Está demonstrado aqui...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Estado não vai cumprir nem 1,5% de investimento?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Nós não conseguimos cumprir, não conseguimos cumprir, mesmo porque você traz restos a pagar... Mais adiante tem um *slide*, que eu acho importante que nós mencionemos, que há um prejuízo à execução orçamentária e financeira do exercício em função do acúmulo de restos a pagar sem lastro.

Eu tenho trabalhado esse assunto, porque não pode ser um mantra de um tema que não cabe discussão com os setores da sociedade civil e com os poderes constituídos. Eu tenho dialogado muito com o Tribunal de Contas, Deputado, exatamente nessa perspectiva. Vossa Excelência como Presidente desta importante Comissão de Fiscalização da Execução Orçamentária... É a Comissão que é responsável pela sustentação fiscal do Estado. É a comissão que é responsável, pelo Poder Legislativo, por toda a fiscalização da política fiscal para mostrar os rumos que estamos seguindo; porque, mais adiante um pouco, nós não podemos ser acusados de ter visto tudo isso e de não ter adotado absolutamente nenhuma providência.

Nós temos hoje nos Estados... Por exemplo, no Rio de Janeiro, o que causou os problemas que tiveram lá em relação à situação fiscal... E nós temos aqui a oportunidade... O nosso Estado é um Estado rico, com grande produção, com grande atividade econômica, com um PIB, comparativo com Estados de mesma população, pujante; mas que nós temos, sim, que discutir duas perspectivas claras, duas perspectivas!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Uma, sem dúvida, é o controle e a qualidade do gasto público, de todo o gasto público; e dois, a receita pública. Nós temos que fazer uma discussão madura, não se faz política fiscal olhando tão somente também na perspectiva do gasto. Nós temos que verificar também a qualidade da nossa receita tributária e, ao avaliar a qualidade da receita tributária, discutir exatamente o nível de carga tributária que é praticada em Mato Grosso, se está com os níveis comparáveis aos demais Estados, enfim, é um debate maduro que eu tenho certeza de que teremos a oportunidade de fazer.

E como estamos na última sessão... na última Audiência Pública, desse tema de 2018, por isso que eu acho que é importante essa discussão e esse debate. Seria uma Audiência Pública de quinze minutos, mas com um tema tão importante quanto esse, e por ser a última de 2018, eu creio que essa comissão tem um papel fundamental... Inclusive, Deputado, eu tenho ouvido Vossa Excelência dizer sobre a questão da transição, eu vejo que esse debate feito também dentro dessa Comissão é fundamental para que o Poder Legislativo contribua com a transição, trazendo números, fazendo as discussões necessárias e colocando os dois pilares que eu mencionei: o pilar do gasto e o pilar da receita pública.

Eu li um artigo do Pécio Arida, um importante economista brasileiro, e ele coloca que no Brasil 70% do nosso problema está no gasto público, mas 30% do problema brasileiro está na receita pública, com algumas desonerações que não fazem sentido. Isso ele falava do País, mas é óbvio que é um diagnóstico que você pode transportar para as realidades dos Estados e dos Municípios.

Então, nos cabe, sim, fazer esse debate e fazer um alerta. O que estou fazendo na Comissão - e o Deputado Wilson Santos tem captado muito bem - é esse alerta: ao prosseguir nessa trajetória, Mato Grosso entrará em colapso e colocará em risco a pontualidade das suas obrigações. Nós sabemos que estamos com muitas dificuldades com fornecedores e isso pode recrudescer mais se medidas fiscais não forem tomadas.

É importante dizer que foram adotadas por esse Governo... Tivemos a PEC dos Gastos, que é um importante instrumento para os próximos cinco anos; tivemos o Fundo de Equilíbrio Fiscal; porém, nós precisamos de fato ter um controle no gasto público e na despesa com pessoal e olhar também para a previdência com um olhar mais detido e com responsabilidade pública de todos os agentes. Todos os agentes. Não é só quem está no Executivo que tem essa responsabilidade, é do Estado como um todo, de todos os Poderes, da sociedade, do servidor público, dos técnicos do Tesouro Estadual que estão apontando isso em notas técnicas há mais de dois anos: "Olha, não façam concurso, não façam isso, porque não vamos ter condições, nós vamos colapsar."

É só pegar, temos 20 notas técnicas no Tesouro Estadual, Deputado Wilson Santos, de 2017, 2016, para cá, que retratam exatamente isso, a dificuldade que o Estado tem de contrair novas despesas, pela incapacidade de honrar com o seu pagamento sem prejudicar, obviamente, o pagamento de outros grupos de despesa, que é o que acontece em Mato Grosso hoje.

O que está sendo prejudicado hoje em Mato Grosso? São os investimentos e são os grupos de custeio, que são os nossos fornecedores.

Aqui também temos o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que temos que apresentar, a variação do serviço da dívida, que são os juros. Houve uma diminuição de 2016 para 2018, em função da renegociação da dívida com a União. Então, caímos de 647 para 547, em função dessa renegociação.

A despesa orçamentária líquida... Essa é do Executivo, não é?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

(A EQUIPE DA SEFAZ RESPONDE DA PLATEIA - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Essa é do Executivo. Nós tínhamos 4 bilhões e 800, isso eu já apresentei lá atrás e chegamos a 7 e 300...

(A EQUIPE DA SEFAZ FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Do Estado, não é?

(A EQUIPE DA SEFAZ FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Mas, aqui está Estado. Estado. Só que a liquidada.

Olhem aqui para verificar essa trajetória, Deputado Wilson Santos: em 2015... Aqui é de todo o Estado, todos os Poderes e órgãos autônomos. Nós tínhamos na participação da despesa pública... a folha consumia 69% de toda a despesa, nós chegamos em 2018 a 75%, quer dizer, de tudo o que se gasta, 75, três quartos, é com pessoal, e com custeio 18%; com investimentos, 2%.

Sendo claro, nesses 2%, porque tem as operações de crédito, se dependêssemos da nossa receita própria e de transferências, teríamos dificuldades ali com o pagamento da dívida... Oi?

(A EQUIPE DA SEFAZ FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Não, está tranquilo, está tudo bem. A equipe preocupada. (RISOS)

Bom, enfim, 75% é um número muito significativo. Se você imaginar... Passa o próximo *slide*, porque eu acho que fica mais claro.

Um gráfico em pizza, temos ali em 2015, esse azul da despesa com pessoal estava em 69%, hoje ele já avançou para 75%. O que temos a dizer é que, se essa trajetória se mantiver, nós teremos uma pizza, praticamente, de despesa com pessoal. É um gráfico de pizza, praticamente de despesa com pessoal, está esmagando as despesas correntes.

Volta no anterior.

Nós tínhamos 20% em 2015, caímos para 18%. Quando você pega dois pontos percentuais para despesas de custeio, isso é muito significativo.

Nós temos acompanhado e o cenário e os números mostram que o aumento da despesa com pessoal esmaga os outros grupos de despesa, que são igualmente fundamentais ao Estado, ao funcionamento do Estado.

Quando falamos em diminuir custeio, estamos falando em dinheiro para hospitais, dinheiro para viaturas - por isso que é tão difícil pagarmos -, para o sistema penitenciário, manutenção do sistema penitenciário, alimentação, que temos uma população carcerária, salvo engano, de 11.300, havia em 2015, acho que 9.000, é isso, na virada de 2014... tivemos um aumento da população carcerária, quer dizer, o custeio da máquina pública é crescente. Temos maiores demandas na saúde, maiores demandas na educação, sistema penitenciário, maiores demandas na segurança pública e nós não podemos assistir passivamente a um achatamento da possibilidade que o Estado tem de fazer o custeio com estas importantes atividades.

Vamos adiante?

Bom, está demonstrado isso já, adiante... Os indicadores, para passarmos.

Aqui está bem extremado, são os resultados orçamentários do exercício, há um superávit de 428 milhões, só que é um superávit que não confere com a realidade do caixa, por quê? Essa aparente sobra foi inteiramente consumida para pagar os nossos restos a pagar, e assim é também no nosso resultado primário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

A despesa primária, que também só está despesa primária paga, não está despesa primária liquidada, porque é aquela que ainda está a pagar. Então, se nós colocarmos... Isso aqui nós estamos cumprindo o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal e os Manuais de Contabilidade Pública, mas se fôssemos fazer uma realidade do caixa, a nossa situação é uma situação de déficit. Talvez valha a pena até chegar depois no último *slide*... está sem? Mas depois disponibilizamos para tornar público.

Temos aqui as Metas, RP pagos, Deputado Wilson Santos, já pagamos 1 bilhão e 700 milhões.

O nosso Estado não é um Estado endividado, nosso Estado tem uma boa relação da despesa com a receita corrente líquida, 32%. O nosso problema é um problema de capacidade de pagar. Por que hoje nós não conseguimos tomar empréstimo com garantia da União? Porque nós não temos condição de... É a famosa CAPAG, que é a capacidade de pagamento, que é tudo que nós devemos no ano dividido por tudo aquilo que nós arrecadamos. Nós não temos essa condição fiscal de pagamento. É por isso que não conseguimos operações de crédito com garantia da União. Por que isso é ruim? Quando se tem garantia da União o juro é mais baixo.

Quando você não tem garantia da União, é aquilo que eu falei, Deputado eleito João Batista, os juros ficam na casa de 18%. No caso, foi com uma instituição financeira que temos contrato. Eles disseram: “Olha, se vocês tivessem garantia da União essa operação seria muito mais barata, o dinheiro ficaria mais barato. Agora, como é uma operação que envolve risco, porque o Estado corre esse risco, hoje, de..., então, haveria esse juro, esse encargo maior.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário, vou conceder ao senhor mais 5 minutos para fazer o encerramento.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Estamos fechando!

A disponibilidade de caixa... É importante que essa seja uma fotografia do dia 31 de agosto de todas as contas. Tínhamos na conta única 300 milhões, porque estávamos entesourando para, nesse caso, nesse momento, fazer o pagamento do repasse para os Poderes. Nós repassamos sempre aos Poderes no segundo dia útil do mês subsequente. Quer dizer, no dia 31 de agosto... É uma fotografia do dia 31 de agosto aqueles 300 milhões na conta única. Portanto, foram consumidos um dia depois e voltamos a acumular dinheiro para podermos, aí sim, no dia 10 pagarmos a nossa folha de pagamento, a folha do Executivo.

Mas aí tem todas as contas, Deputado! Inclusive, lá no Judiciário que se comenta o FUNAJURIS de 560 milhões de reais.

Na Saúde os índices de aplicação! Já estamos no 4º bimestre empenhados com 11,95%, quer dizer, quase no centro daquilo que estabelece a Constituição, e liquidados 9,36%. Sabemos que essa é uma conta de chegada sempre no final do exercício.

E o que é impactante, Deputado Wilson Santos, é na educação. Na educação nós já empenhamos 29,69% e já liquidamos lá 29,02%. Quer dizer... E aí é fortemente influenciado pela folha de pagamento que tem crescido em função da...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Aí está inclusa a UNEMAT?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Aí está a UNEMAT, também! A UNEMAT está dando em torno de 2,5% por aí. Está dando 26,5%, 27% só a Secretaria de Educação.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Está cumprindo a emenda...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Está cumprindo a emenda.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) –... que são 26,5% este ano.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Vamos adiante!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Aí tem o histórico do percentual aplicado.

Aí eu destaco, Deputado eleito João Batista, em relação ao setor de segurança pública. O Governador Pedro Taques cumpriu com a saúde e a educação, aumentou os índices de repasses para a saúde e educação, mas houve um forte incremento no investimento, no gasto com segurança pública.

Observe: a segurança pública, em 2013, consumia 1 bilhão e 100 milhões de reais e, hoje, estamos nos 8 primeiros meses fechando com 1 bilhão, 529 milhões de reais. Quer dizer, houve um incremento, nesse período, estamos falando de janeiro a agosto, de mais de 400 milhões de reais.

Houve um aumento da participação da segurança no orçamento público. Eu acho que o dado relevante aí é esse: em 2013, do orçamento você tinha 15% que era gasto com segurança e, agora, temos 20% de gastos em segurança pública. É uma ênfase que acabou refletindo em excelentes indicadores na área de segurança pública.

Esse é o gráfico em pizza! É a mesma informação! Podemos avançar!

Esses são os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal com os limites com gastos com pessoal.

De acordo com a metodologia do Tribunal de Contas do Estado que retira o Imposto de Renda da base de cálculo, de gasto com pessoal, nós estamos, hoje, em 47,02%. Quer dizer, estaremos no limite prudencial. O limite da LRF é 49 e os demais Poderes estão representados, também.

Então, essa é a metodologia do TCE, que, inclusive, está apontando para modificação de acordo para seguir o manual de contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

Essa já é a versão da Secretaria do Tesouro Nacional, que é aquilo que... A STN, inclusive, nos obriga a publicar dois demonstrativos. Pelo Programa de Ajuste Fiscal nós temos contratado com a STN e somos obrigados a publicar dois.

Como o TCE tem uma posição distinta da Secretaria do Tesouro Nacional nós publicamos, então, uma informação, um demonstrativo com a posição do TCE que nós estamos, em 31 de agosto, no limite prudencial, acima dos 95% e de acordo com a STN nós estaremos em 54,29, Deputado Wilson Santos, sendo que o limite é de 49% da Receita Corrente Líquida. Quer dizer, nós estamos gastando 5,5% a mais do que se gasta.

Esse é só uma linha do tempo para demonstrar entre os dois parâmetros.

Vamos demonstrar que de acordo com a STN estamos estourando o índice desde 2015. Se verificarmos aqui o vermelho é a linha do 49 e o azul é a STN. Depois, houve a modificação no 3º quadrimestre de 2016 e no final de 2016 o TCE nos enquadrando de novo tirando o Imposto de Renda, mas se formos considerar, apenas, a metodologia da STN, estamos estourados desde 2015. Desde o 2º quadrimestre de 2015 o Poder Executivo está estourado no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal com gasto de pessoal.

Acho que, agora, fechou!

Essa é a Receita Ordinária Líquida! É uma informação do nosso esforço, do esforço da receita que temos conseguido produzir aqui uma diferença líquida de 39 milhões e é sobre esse 39 milhões que os Poderes têm uma participação de 20%. Então, houve um *superávit* na Receita Ordinária Líquida do Tesouro. Na PEC nós estabelecemos que 25% do que fosse estabelecido seria para saudar 2016 e 2017. Nós apuramos, então, um saldo, um *superávit* de 39 milhões de reais.

Vamos adiante!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -
MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09H.

Fechou!

Deputado, eu agradeço o espaço! Desculpe pelo excesso do tempo, mas é a última Audiência Pública do ano para tratar deste tema e tenho certeza que faremos um bom debate.

Também, quero cumprimentar o Deputado Oscar Bezerra.

Obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agradecemos o Secretário de Estado, Dr. Rogério Gallo, que, também, é Procurador do Estado, servidor efetivo do Estado, por essa explanação que durou 1 hora e 1 minuto. O senhor tinha 15 minutos. O senhor cresceu seu tempo mais do que a folha salarial. Superou a folha que cresceu 75% em 3 anos.

Muito obrigado!

Quero registrar a presença do Deputado Oscar Bezerra; a presença do Basílio Bezerra, Secretário Adjunto da Secretaria do Estado de Fazenda; do meu colega da Escola Técnica Anildo Cesário, Secretário Adjunto Executivo da SEPLAN; Dr. Último Almeida, Secretário Adjunto da Receita Pública; Sr^a Luciana Rosa, Secretária Adjunta do Tesouro; Dr. Francisco de Brito, Procurador da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, popular Ceará; Delegado de Polícia, Dr. Claudinei, eleito Deputado Estadual, servidor, também, efetivo do Estado; Nasser Okde, Consultor do Núcleo Econômico; João Batista Pereira, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Deputado eleito, e passar à fase de questionamentos.

Nós temos, ainda, porque vamos encerrar esta Audiência Pública às 11h48min.

Consulto ao Deputado Oscar Bezerra se quer fazer alguma...

(O DEPUTADO OSCAR BEZERRA ACENA NEGATIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, está aberta à plateia. Se alguém quiser fazer uso da palavra, levante o braço que iremos fazer a inscrição. (PAUSA)

Não havendo quem queira se inscrever, declaro encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.